



Administrativa, Nível Intermediário, Classe "A", Padrão 01, pertencente ao Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Distrito Federal, em cargo criado pela Lei 12.011/2009.

Des MÁRIO CÉSAR RIBEIRO

ATO Nº 536, DE 28 DE MARÇO DE 2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Tornar sem Efeito, em decorrência de desistência expressa, a nomeação do candidato SÉRGIO RICARDO SILVA MEDEIROS, feita pelo Ato/PRESI/SECRE 424, de 18/03/2014, publicado no Diário Oficial da União de 21/03/2014, Seção II, para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe "A", Padrão 01, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Sede da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Des MÁRIO CESÁR RIBEIRO

ATO Nº 537, DE 28 DE MARÇO DE 2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nomear, nos termos dos arts. 9º, I, e 10 da Lei nº 8.112/1990, c/c a Lei nº 11.416/2006, a candidata ISABEL COSTA REGO, aprovada no 5º Concurso Público realizado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em convênio com a Fundação Carlos Chagas, para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe "A", Padrão 01, pertencente ao Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Sede da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, em cargo criado pela Lei 12.011/2009.

Des MÁRIO CÉSAR RIBEIRO

ATO Nº 539, DE 28 DE MARÇO DE 2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nomear, nos termos dos arts. 9º, I, e 10 da Lei nº 8.112/1990, c/c a Lei nº 11.416/2006, a candidata ADRIANA EVARINI, aprovada no 5º Concurso Público realizado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em convênio com a Fundação Carlos Chagas, para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe "A", Padrão 01, pertencente ao Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, Subseção Judiciária de Sinop, em cargo vago decorrente da aposentadoria de Paulo Onezio Martins.

Des MÁRIO CÉSAR RIBEIRO

ATO Nº 540, DE 28 DE MARÇO DE 2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nomear, nos termos dos arts. 9º, I, e 10 da Lei nº 8.112/1990, c/c a Lei nº 11.416/2006, a candidata FLÁVIA CRISTINA PINTO REZENDE, aprovada no 5º Concurso Público realizado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em convênio com a Fundação Carlos Chagas, para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe "A", Padrão 01, pertencente ao Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, Subseção Judiciária de Varginha, em cargo criado pela Lei 12.011/2009.

Des MÁRIO CÉSAR RIBEIRO

ATO Nº 549, DE 28 DE MARÇO DE 2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nomear, nos termos dos arts. 9º, I, e 10 da Lei 8.112/1990, c/c a Lei 11.416/2006, a candidata MÁRCELA SANTIAGO DE SOUZA, aprovada no 5º Concurso Público realizado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em convênio com a Fundação Carlos Chagas, para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe "A", Padrão 01, pertencente ao Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Distrito Federal, em decorrência da vacância do cargo ocupado por Nilson Dias de Assis Neto.

Des MÁRIO CÉSAR RIBEIRO

ATO Nº 550, DE 28 DE MARÇO DE 2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nomear, nos termos dos arts. 9º, I, e 10 da Lei 8.112/1990, c/c a Lei 11.416/2006, a candidata MIRELLA TREVISAN MARTINS, aprovada no 5º Concurso Público realizado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em convênio com a Fundação Carlos Chagas, para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe "A", Padrão 01, pertencente ao Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Distrito Federal, em decorrência da vacância do cargo ocupado por Álvaro Alves Bezerra Filho.

Des MÁRIO CÉSAR RIBEIRO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

PORTARIA Nº 257, DE 27 DE MARÇO DE 2014

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 17, inciso XXXV, do Regimento Interno deste Tribunal e com base no artigo 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, RESOLVE nomear GESIANE PEREIRA DOS SANTOS, aprovada em concurso público realizado por este Tribunal e classificada em 39º lugar, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, com exercício na 14ª Zona Eleitoral - Lavras da Mangabeira, na vaga originada pela Lei nº 7.645/1987, cuja vacância decorreu da exoneração por decurso do prazo para entrar em exercício de Cibele Araújo Cavalcante.

MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE

PORTARIA Nº 258, DE 27 DE MARÇO DE 2014

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 17, inciso XXXV, do Regimento Interno deste Tribunal e com base no artigo 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, RESOLVE nomear LUZINALDO ALVES ALEXANDRE DA SILVA, aprovado em concurso público realizado por este Tribunal e classificado em 40º lugar, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, com exercício na 92ª Zona Eleitoral - Barro, na vaga originada pela Lei nº 6.082/1974, cuja vacância decorreu da posse em outro cargo público inacumulável de Raquel Gouveia Saboia Coelho.

MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE

PORTARIA Nº 259, DE 27 DE MARÇO DE 2014

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 17, inciso XXXV, do Regimento Interno deste Tribunal e com base no artigo 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, RESOLVE nomear ERIKA CARINE DE VASCONCELOS SALES, aprovada em concurso público realizado por este Tribunal e classificada em 41º lugar, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, com exercício na 69ª Zona Eleitoral - Aurora, na vaga originada pela Lei nº 10.842/2004, cuja vacância decorreu da posse em outro cargo público inacumulável de Rogério Pinto de Barros Leal.

MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE

PORTARIA Nº 260, DE 27 DE MARÇO DE 2014

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 17, inciso XXXV, do Regimento Interno deste Tribunal e com base no artigo 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, RESOLVE nomear TARCIELI LUCIANA DA SILVA, aprovada em concurso público realizado por este Tribunal e classificada em 42º lugar, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, com exercício na 90ª Zona Eleitoral - Parambu, na vaga originada pela Lei nº 7.645/1987, cuja vacância decorreu da aposentadoria de Sílvia Maria Marques.

MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 49, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O DESEMBARGADOR ATAPOÃ DA COSTA FELIZ, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pelo artigo 22, inciso XII, da Resolução TRE/MS nº 170, de 18.12.97, Regimento Interno deste Tribunal, e tendo em vista o teor do Processo Administrativo nº 59-58.2014.6.12.0000, 006/2014-SGP, Protocolo nº 166/2014, resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor EURÍPEDES MELHORANÇA, ocupante do cargo efetivo de Analista Judiciário - Área Judiciária, Classe "C", Padrão NS-13, APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA COM PROVENTOS INTEGRAIS E PARIDADE, com fulcro no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, assegurando-lhe, ainda, isenção do imposto de renda, nos termos do art. 6º, inciso XIV, da Lei nº 7.713/88, bem como o desconto de contribuição previdenciária na forma prevista no § 21 do art. 40 da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, nos termos do art. 188 da Lei 8.112/90.

ATAPOÃ DA COSTA FELIZ

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

ATO Nº 39, DE 26 DE MARÇO DE 2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Processo nº 1402240/2014, assinou o seguinte Ato:

Concedendo aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, a MARIA GERALDA RODRIGUES, servidora do Quadro de Pessoal deste Tribunal, ocupante do cargo efetivo de Analista Judiciário, Área Administrativa, Classe C, Padrão 13, lotada na Seção de Suporte Web e Sistemas Corporativos, em cargo criado pela Lei nº 8.868/94, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 2º da EC nº 47/2005.

WANDER MAROTTA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 188, DE 20 DE MARÇO DE 2014

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e Considerando a remoção do servidor ROMERO SILVEIRA XAVIER DE ANDRADE do Cartório da 24ª Zona Eleitoral, Limoeiro, para o Cartório da 18ª Zona Eleitoral, Vitória de Santo Antão, nos termos da Portaria nº 54/2014; Considerando o Ofício nº 021/2014 do Juízo Eleitoral da 24ª Zona, Limoeiro, protocolado sob o nº 16.943/2014, RESOLVE a) dispensar o servidor ROMERO SILVEIRA XAVIER DE ANDRADE da Função Comissionada, FC-1, de Chefe do Cartório da 24ª Zona Eleitoral, Limoeiro; b) designar a servidora TAYANIE MARIA CAJUEIRO SANTOS PRADINES para exercer a referida função; c) validar os efeitos desta Portaria a partir de 24.03.2014.

JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

ATO Nº 152, DE 26 DE MARÇO DE 2014(*)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Designar LUCIANA DA SILVA GONÇALVES, Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer Função Comissionada de Chefe, Nível FC-06, da Seção de Execução Financeira da Coordenadoria Contábil e Financeira da Secretaria de Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Desembargador BERNARDO GARCEZ

(*) Republicado por ter saído no DOU - Seção 2, de 28/03/2014, com incorreção no original.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 297, DE 24 DE MARÇO DE 2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, no exercício de suas atribuições descritas no art. 14 do Regimento Interno deste Tribunal, e considerando os elementos contidos no Processo Administrativo n. 0272/2013 - SGP

Art. 1º. REDISTRIBUIR, com fulcro no art. 37 da Lei n. 8.112/90, na Resolução CNJ n. 146/2012 e na Instrução Normativa TRE-RO n. 001/2012, o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei 8.668/94, ocupado pelo servidor MARCOS JOSÉ ALVES DA SILVA, para o Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, tendo por reciprocidade simultânea 01 (um) cargo vago de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, criado pela Lei n. 8.432/92, alterado pela Lei n. 9.421/96.

Art. 2º. Conceder ao servidor Marcos José da Silva Alves, 20 (vinte) dias para retomada do efetivo desempenho de suas atividades, nos termos do art. 18 da Lei n. 8.112/90.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Des. MOREIRA CHAGAS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 63, DE 11 DE MARÇO DE 2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO, no uso das atribuições regimentais e considerando o que consta do PAD n. 452/2014; resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária, por idade, com proventos proporcionais, ao servidor Calixto Adas, ocupante do cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe C, Padrão 13, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso III, alínea b e § 3º e 17, da Constituição da República, com a redação dada pela EC n. 41 de dezembro de 2003, c.c. os artigos 1º e seus §§ e 15 da Lei n. 10.887 de 18 de junho de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO CARLOS MATHIAS COLTRO